

ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE: A META 16 DO PNE (2014-2024)

Alexandra Bortolin¹; Janaina Preve Costa²; Julia Fernandes Jeronimo³; Thainara Carolina Martins Sant'Anna⁴; Flávia Wagner⁵ (Dra.)

RESUMO

Este artigo analisa as percepções de professores da educação básica sobre a formação continuada no contexto da Meta 16 do Plano Nacional de Educação 2014–2024, que prevê pós-graduação e formação permanente para todos os profissionais da educação básica. O problema investigado diz respeito ao descompasso entre o marco normativo da valorização docente e as condições concretas de trabalho vividas pelos professores. Desenvolveu-se pesquisa qualitativa descritiva com seis docentes, por meio de entrevistas semiestruturadas analisadas segundo a técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam compreensão ampla da importância da formação para o desenvolvimento profissional, mas também barreiras estruturais persistentes, como sobrecarga de trabalho, baixos salários, falta de tempo institucionalizado e apoio institucional insuficiente. Conclui-se que a efetivação da Meta 16 depende de políticas articuladas de financiamento, carreira, condições de trabalho e reconhecimento profissional, recolocando a formação continuada no centro da valorização da docência.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada de professores; valorização docente; Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 16.

INTRODUÇÃO

Este artigo resulta do desdobramento de uma pesquisa de iniciação científica que toma como eixo o Plano Nacional de Educação 2014–2024 (PNE) e suas metas voltadas à formação dos profissionais da educação, com foco na Meta 16, que trata da formação continuada e da pós-graduação de professores da educação básica. Tal meta reconhece a formação como elemento central para o desenvolvimento profissional docente e para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira (Brasil, 2014).

Instituída pela Lei nº 13.005/2014, a política do PNE estabeleceu, para dez anos, metas e estratégias dirigidas à expansão do acesso, elevação da qualidade de ensino e valorização da carreira docente. A Meta 16 propõe “formar, em nível de pós-graduação,

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: alexandrabortolin@outlook.com.br

² Mestre em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: janapreve@email.com

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: juliafernandesjeronimo@gmail.com

⁴ Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: thainarasantanna@icloud.com

⁵ Doutora na área da Educação. Professora na Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: flv.wagner@gmail.com

50% dos professores da educação básica [...] e garantir [...] formação continuada em sua área de atuação” (Brasil, 2014, p. 13). A formulação dessa meta revela o reconhecimento da formação continuada como condição para a profissionalização docente e seu vínculo intrínseco com políticas de carreira, financiamento e condições de trabalho. A formação continuada, entendida como processo permanente de desenvolvimento profissional, é amplamente apontada como resposta às transformações sociais, culturais e tecnológicas que reconfiguram a educação contemporânea. Gatti (2008) a concebe como parte de um contínuo formativo que articula formação inicial, prática cotidiana e reflexão crítica, rompendo com a lógica tecnicista de simples atualização de conteúdos. Em perspectiva semelhante, Imbernón (2010) enfatiza que a formação continuada deve ser situada, coletiva e voltada à reconstrução das práticas. Em um cenário de intensas mudanças nos sistemas de ensino e de crescente complexificação do trabalho docente, a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de competências pedagógicas tornam-se condições fundamentais para garantir o direito à educação. Araújo (2020) sustenta que a formação continuada impacta diretamente o desempenho docente e, conseqüentemente, a aprendizagem dos estudantes. No entanto, a literatura também evidencia que a efetivação das políticas de formação é atravessada por barreiras estruturais: sobrecarga de trabalho, baixos salários, ausência de tempo para estudo e reduzido apoio institucional (Araújo, 2020; Gatti, 2008).

Paro (2016) adverte que não basta ampliar a oferta de cursos; é necessário enfrentar os determinantes estruturais que impedem o professor de se dedicar integralmente ao seu desenvolvimento profissional. Condições salariais precárias, múltiplos vínculos empregatícios e intensificação do trabalho esvaziam o potencial transformador da formação. Relatórios de monitoramento do PNE (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2024) evidenciam que, após uma década, a Meta 16 não foi cumprida: não se atingiu 50% de professores com pós-graduação, nem a universalização da formação continuada.

Diante desse panorama, este estudo tem como objetivo analisar as percepções de professores da educação básica sobre a formação continuada, enfatizando sentidos atribuídos à formação, barreiras e condições de realização. Busca-se articular o discurso dos docentes com o referencial teórico e com os indicadores da Meta 16 do PNE, contribuindo para o debate sobre políticas de valorização docente.

MÉTODO

Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, orientada pela intenção de compreender em profundidade as percepções, experiências e expectativas de professores da educação básica acerca da formação continuada e de suas condições

de realização. O caráter exploratório justifica-se pelo interesse em aprofundar a compreensão sobre como os professores concebem e vivenciam a formação continuada. Participaram seis professores da educação básica, atuantes no ensino fundamental, com base na experiência profissional e na disponibilidade em colaborar. Foram atribuídos pseudônimos aleatórios — ER, RB, C, JSS, JMS e JSAC — para preservar a identidade dos participantes.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma online, via Google Meet, entre julho e agosto de 2025, com duração média de 45 a 60 minutos. As entrevistas foram gravadas, com consentimento, e transcritas integralmente. O corpus empírico foi submetido à análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Da análise emergiram cinco categorias:

1. Importância da formação continuada na trajetória e no desenvolvimento profissional docente;
2. Barreiras e limitações enfrentadas para participar de processos formativos;
3. Temas e necessidades percebidos como prioritários;
4. Condições fundamentais para continuidade dos estudos e ampliação da titulação;
5. Reivindicações para o aprimoramento das políticas de formação.

A articulação entre essas categorias e a literatura permitiu destacar tensões, avanços e desafios das políticas de valorização docente no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa mostram que os professores reconhecem a formação continuada como essencial para sua permanência, desenvolvimento e valorização profissional, organizada em quatro eixos principais: a) Atualização frente às transformações sociais e tecnológicas; b) Aprimoramento da prática pedagógica; c) Fortalecimento da identidade profissional; d) Preservação da saúde docente.

Os docentes destacam que a formação inicial é insuficiente e que a continuada deve ser contextualizada, coletiva e crítica, conforme defendem Imbernón (2010), Nóvoa (2009; 2017) e Freire (1996).

Foram identificadas barreiras estruturais que dificultam o acesso à formação: sobrecarga de trabalho, baixos salários, falta de tempo, apoio institucional e incentivos financeiros. Muitos cursos são burocráticos e genéricos, sem relação com as necessidades reais das escolas, o que gera desmotivação.

Os professores reivindicam políticas integradas que garantam tempo para estudo, bolsas, redução de carga horária, valorização da titulação e formações contextualizadas. Também defendem que a formação envolva todos os profissionais da escola e seja reconhecida como direito coletivo.

Os dados dialogam com o monitoramento do PNE (2014–2024), mostrando que a Meta 16 não foi cumprida: apenas 48,1% dos docentes possuem pós-graduação e 41,7% participaram de formação continuada, com fortes desigualdades regionais.

Conclui-se que o problema não é o desinteresse dos professores, mas a falta de condições estruturais e políticas efetivas. A formação continuada só se tornará realidade para todos se houver compromisso do Estado com financiamento, tempo institucionalizado e valorização da carreira docente.

CONCLUSÕES

Conforme o Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do PNE (BRASIL, 2024), nenhuma meta foi integralmente cumprida, e, no caso específico da Meta 16, os resultados ficaram aquém do esperado: apenas 41,7% dos docentes participaram de formações continuadas e menos de 50% alcançaram titulação em nível de pós-graduação. Tais dados evidenciam que as dificuldades não decorrem da falta de interesse dos professores, mas de condições estruturais, como sobrecarga de trabalho, baixos salários, ausência de tempo institucionalizado para estudo, descontinuidade de políticas e insuficiência de financiamento.

Além disso, observa-se que muitas formações são genéricas e tecnicistas, desconsiderando os contextos escolares e contrariando as diretrizes da Resolução CNE/CP nº 2/2015 (Brasil, 2015). Diante desse cenário, torna-se necessário implementar políticas que assegurem tempo, recursos e valorização profissional. A formação continuada deve ser reconhecida como direito do docente e componente essencial da política educacional, condição indispensável para o fortalecimento de uma educação pública equitativa e de qualidade socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

Araújo, S. F. da S. (2020). Formação contínua de professores: Necessidades, participação e barreiras (Dissertação de mestrado, Universidade do Minho). RepositóriUM.

Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo (Edição revista). Edições 70.

Brasil. (2015). Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Diário Oficial da União.

Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.

Gatti, B. A. (2008). Formação de professores no Brasil: Características e problemas. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1355–1379.

Imbernón, F. (2010). Formação continuada de professores. *Artmed*.

Menezes, C. C. de O., Lobato, D. M. N., & Silva, V. L. R. da S. (2021). A formação continuada e suas implicações na prática pedagógica de professores: Uma reflexão possível. *Research, Society and Development*, 10(5), e521051324.

Nóvoa, A. (2009). Professores: Imagens do futuro presente. *Educa*.

Nóvoa, A. (2017). Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, 47(166), 1106–1133.

Paro, V. H. (2016). *Educação como exercício do poder: Crítica ao senso comum em educação* (7ª ed.). Cortez.

FOMENTO

Programas de Assistência Financeira Estudantil do Ensino Superior de Santa Catarina (UNIEDU) e Programa Ânima de Iniciação Científica (Pró-Ciência).